

# **VARNHAGEN E A ESCRITA HISTÓRICA EM PORTUGAL. APONTAMENTOS SOBRE HISTORIOGRAFIA OITOCENTISTA**

Ana Priscila de Sousa Sá<sup>1</sup>

## **Resumo**

A proposta é fornecer alguns apontamentos sobre a escrita da história em Portugal entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, buscando perceber nuances do pensamento histórico de Francisco Adolfo de Varnhagen, que teve sua formação intelectual em Lisboa e iniciou seu trabalho de escrita e publicação de trabalhos em 1839. Ligando-se à Academia Real das Ciências e colaborando com o Jornal O Panorama e a Revista Universal Lisbonense, Varnhagen também participou ativamente de um círculo intelectual que incluía autores como o Frei Francisco de São Luís, Almeida Garret e Alexandre Herculano.

**Palavras-chave:** Varnhagen. Historiografia luso-brasileira. Século XIX.

Recebido em 02 de julho de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

---

<sup>1</sup> Mestranda em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes, pela Universidade Federal do Maranhão. Correio eletrônico: priscilareds@hotmail.com

## Introdução

Na mais extensa biografia sobre Varnhagen, Clado Ribeiro de Lessa<sup>2</sup> (1945, p. 61) apontou que até ali pouca atenção havia sido dada ao período em que Varnhagen viveu em Portugal e publicou seus primeiros textos. Até o momento, não muitos trabalhos procuraram atentar para essa produção entre 1839 e 1841, antes de suas grandes obras como a *História Geral* e a *História da Independência* (escrita na década de 1860, mas só publicada em 1916). Assim, vale discutir sua presença no contexto português da primeira metade do século XIX.

Em 1839, Varnhagen foi admitido sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, na Classe de Ciências Morais e Belas Letras. Para compreender a concepção de história do autor, seria interessante pontuar aspectos a respeito da operação historiográfica nessa Academia, fundada em 24 de dezembro de 1779 pelo Abade Correia da Serra e pelo 2º Duque de Lafões, João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, no governo de D. Maria I, portanto, após as reformas institucionais realizadas durante a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, no reinado de D. José I<sup>3</sup>. É necessário ter essa legislação em perspectiva para vislumbrar o projeto desenvolvido no interior da Academia, cujos matizes sofreram influxo, sobretudo, da Reforma da Universidade de Coimbra, em 1772. Tratava-se de retomar e reformular elementos já presentes no plano cultural pombalino do início da década de 1770.

A Reforma da Universidade de Coimbra se realizou segundo princípios preconizados por Ribeiro Sanches e Luís António Verney, introduzindo o estudo das ciências experimentais (química, matemática, física experimental, mineralogia) em Portugal, que marcavam o eco da cultura ocidental do século XVIII, o que evidenciava a influência de ideias da Ilustração francesa (especialmente Voltaire e enciclopedistas como Diderot e D'Alembert), na busca pela atualização com a ciência europeia. Segundo Maria Odila Dias, Razão, Natureza e Prática deveriam compor forças para o

---

<sup>2</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Formação de Varnhagen. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945. p. 61.

<sup>3</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta*: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). 315 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 10. A noção de operação historiográfica aqui mencionada partiu das considerações de Michel de Certeau no livro *A escrita da história*. Segundo de Certeau, a história pode ser compreendida como uma operação se considerá-la como a relação entre um lugar (um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise e a construção de um texto, isto é, a combinação de um lugar social, de práticas científicas (no sentido de dotadas de um conjunto de regras que permitem a produção de objetos determinados) e de uma escrita. Ver: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 46-47.

bem da sociedade e, embora se tentasse solucionar o “atraso” do país, procurou-se adaptar o cosmopolitismo ilustrado com as particularidades do reino<sup>4</sup>. Uma particularidade foi a força da religião católica, de maneira que ainda hoje se discute se existiu ou não um Iluminismo português.

Para o abade José Correia da Serra, a experiência de quase todas as nações europeias tornou evidente a utilidade das associações literárias para os progressos, sobretudo das ciências naturais, exatas e da literatura propriamente dita. No universo português, a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa era o passo que faltava dar para as “Luzes se arraigarem, e acelerar seus progressos”, de modo que a Academia era uma sociedade unicamente “destinada ao adiantamento das Ciências, das Letras, e das artes”, cuja natureza e fim estavam justificados no selo de Minerva com as armas reais e no verso *Nisi utile est quod facimus stulta est gloria*, escolhido como lema da instituição<sup>5</sup>. O que estava em jogo era a reinvenção de uma tradição e a formulação de novas autoridades para a escrita do passado<sup>6</sup>.

Fundada no período pós-viradeira, o trabalho da Academia das Ciências (protegida por D. Maria I) se tornou instrumento da relação entre o soberano e a elite cortesã que havia sido desprestigiada ao longo do período josefino (relativo ao reinado de D. José I) com sua política de centralização, representando a conciliação entre o projeto reformista veiculado por Pombal e a proposta de burocratização do Estado acelerada com a ascensão de D. Maria I. Além disso, para diferenciar seu projeto epistemológico em relação à antecessora Academia Real da História Portuguesa (patrocinada por D. João V), exaltou seu método e fundou um novo projeto a partir do qual a investigação histórica deveria conduzir à história da nação. Essa história geral a ser escrita, deveria se tornar um monumento das letras pátrias, devido ao emprego de monumentos da história literária (textos escritos por autores portugueses e em língua portuguesa). A exaltação da nacionalidade compôs esse projeto que combinava e se

---

<sup>4</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968. p. 106-120. Lembrando que muitos bem nascidos no Brasil Colônia estudaram em Coimbra, conforme Maria Odila Dias, a fundação do Jardim Botânico e do Museu Nacional foram estímulos para a orientação pragmática das pesquisas científicas no Brasil, visando beneficiar o comércio, a indústria e as artes. Nesse sentido, esses homens ilustrados se voltaram para a experiência colonial de nações europeias, em busca de uma lição aplicável ao Brasil.

<sup>5</sup> SERRA, José Correia da. *História da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu principio até 1788*. IAN/TT (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa), Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 3B, A 58. Disponível em: <[http://chcul.fc.ul.pt/correia\\_da\\_serra/transcricoes/IAN-TT\\_Arq\\_Part\\_Correia\\_da\\_Serra.Cx\\_3B](http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_3B)>. Acesso em: 23 mar. 2018. p. 1-3.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. João Pedro Ribeiro e a erudição em Portugal. In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira; CATROGA, Fernando (Org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 25.

adequava às estratégias de legitimação e glorificação do Estado monárquico português<sup>7</sup>.

As ideias de razão, ciência e crítica coordenaram-se com outros grupos de conceitos, como história, Estado, soberania, nação, povo, que lhes garantiam seus respectivos usos e sentidos. Paralelamente, as práticas que fundavam a interpretação histórica da Academia adquiriram sentido conforme as mudanças do cenário político, repercutindo na ressignificação de conceitos políticos, de forma que, se houve uma crítica literária, jurídica e historiográfica no Portugal setecentista, professada entre a elite da Academia de Ciências, ela permaneceu fundamentada na aliança entre política e moral que caracterizou o gênero crítico ou arte de julgar desde o século XVII<sup>8</sup>.

Um elemento importante dessas reflexões históricas foi a erudição, que deixou de ser apenas uma prática de exegese religiosa e passou ao centro da atividade legislativa e administrativa. Se a primeira geração formada após a Reforma da Universidade de Coimbra empregou a erudição nos textos laicos de história e de direito, em um segundo momento seu uso serviu muito para a fundamentação de discursos políticos, de maneira que no Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes Silva de 1789, o verbete erudição apareceu como um atributo de saber notícias literárias<sup>9</sup> e, complementando, literário era quem respeitava as letras, ciências, erudições<sup>10</sup>. No entender de João Pedro Ribeiro, primeiro Lente da Cadeira de Diplomática em Coimbra, a verdade histórica concebida pela erudição não perdia seu significado moral, pois a crítica prudente não ultrapassava as fronteiras da política. Assim, entre as reformas pombalinas e o início do século XIX, o discurso histórico ganhou notoriedade, servindo como o maior argumento na justificação do poder do monarca, daí a produção da verdade documental, sua preservação e interpretação terem se tornado um problema do Estado. Ressalte-se, porém, que o discurso histórico – de base jurracionalista, baseada na razão e que renovou a narrativa da história do reino, secularizando-a de forma a subtrair da história a importância dos

<sup>7</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Op. cit. p. 141-143. A expressão “viradeira” se refere ao fato de a ascensão de D. Maria I ter representado uma grande “virada” em relação à política de controle efetuada por Pombal sobre os nobres de grandes casas, o que alterou a dinâmica das sociabilidades e produziu uma nova forma de aliança entre o soberano e a nobreza. Esse novo pacto e seus efeitos são importantes para entender os usos da história no período mariano e o significado da elite burocrática e letrada ascendente com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa. No plano político, também se caracterizou por um novo pacto entre monarquia e nobreza.

<sup>8</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A operação historiográfica* na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1814). In: In: HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca Nogueira; CATROGA, Fernando (Org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 39.

<sup>9</sup> SILVA, Antonio de Moraes. Erudição. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário da língua portuguesa*. TOMO I. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. p. 526.

<sup>10</sup> Ibid. p. 29.

fatos da Igreja, ainda que afirmasse o catolicismo como um dos aspectos seminais do gênio português - também sobrepujou outras teorias sobre a origem e legitimidade do poder, como o Milagre de Ourique, colocando o governo, o próprio monarca, na dependência da autoridade depositada no discurso histórico<sup>11</sup>.

Na Academia, os letrados se posicionavam em virtude da razão e da erudição. Desse modo,

a Academia, ao mesmo tempo em que se preocupou em fornecer, pela construção de uma diplomática portuguesa, as práticas de leitura documental que configuraram a *operação historiográfica* na associação, buscara, pela *crítica discreta*, um meio de conter a contestação do regime. Assim, se a *retórica da autenticidade* apenas pode ser concebida, porque as regras de investigação jurídica adquiriram expressão fora do campo jurídico; a *crítica discreta* representou a expressão do posicionamento dos letrados da Academia Real das Ciências de Lisboa diante do debate crescente sobre os dilemas do regime e da hegemonia da *retórica da autenticidade*<sup>12</sup>.

O trabalho na Academia consistiu, então, no que Taíse Quadros denominou retórica da autenticidade. Tal conceito identificaria uma série de operações formuladas inicialmente no contexto jurídico e que passaram a definir a escrita da história no período, como o emprego de provas qualificadas como autênticas, a reunião de documentos e seu ordenamento cronológico. Outro aspecto que se disseminou dizia respeito à laicidade dessa verdade histórica, o que indicava a intensificação do processo de modernização da escrita historiográfica em Portugal<sup>13</sup>. A restituição do passado seria efetuada pelos seus fragmentos, que permitiriam uma recriação exata, verídica, tarefa que exigia “tino diplomático” para ter assegurada a fidedignidade e correta datação do documento. Cabe salientar que Varnhagen e Herculano estudaram Diplomática na Torre do Tombo, Cadeira criada por Ribeiro.

Já avançando para o século XIX, Taíse Quadros afirmou que o *topos* história *magistra vitae* perdeu sua operacionalidade na Academia das Ciências, visto que a

---

<sup>11</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 315 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 172-180. O chamado Milagre de Ourique era um elemento importante de justificação da monarquia portuguesa. Acreditava-se que, antes da Batalha de Ourique (1139), D. Afonso Henriques teria visto Jesus Cristo, que lhe garantiu a vitória no dia seguinte. Vitorioso contra os mouros, D. Afonso Henriques autoproclamou-se (ou foi proclamado pelas tropas) rei de Portugal. A respeito da base filosófica ilustrada jusracionalista em Portugal, ver: HESPANHA, António Manuel. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. 1. ed. 1. reimp. Curitiba: Juruá, 2010. Essa reflexão esteve presente no Colégio dos Nobres em Lisboa, onde Varnhagen estudou na juventude para habilitar-se na língua alemã.

<sup>12</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 315 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 210. Grifo da autora.

<sup>13</sup> *Ibid.* p. 199-200.

universalidade subscrita nele não mais definia a relação com o passado, focado à luz das singularidades nacionais. A consciência do ineditismo da experiência tornou urgente resgatar as linhas fundamentais que definiam a identidade do reino e que garantiriam o seu futuro. Assim, o conceito de história na Academia formulou-se como singular coletivo pela mutação do antigo *topos*, pois, ainda que o tempo não pudesse mais ser reduzido à repetição, poderia ser remediado por reformas administrativas que conduziram Portugal a um futuro possível e esperado. Mesmo que a elite ilustrada do final do Setecentos refletisse também por meio de expressões como “restauração” ou “declínio”, expressando uma ideia de história cíclica, a presença das mesmas não definiu o projeto da Academia<sup>14</sup>.

Mas outra expressão próxima, regeneração, foi fulcral na obra de um membro da Academia de Lisboa: José Bonifácio de Andrada e Silva. Figura proeminente do pensamento luso-brasileiro na primeira metade do século XIX e de formação coimbrã (professor da Cadeira de Mineralogia em Coimbra), apareceu em José Bonifácio uma reorientação crítica na avaliação da posição do Brasil frente à metrópole portuguesa, ao redirecionar a história da colonização como a história da exploração. Para o autor, o Brasil representava o novo no lugar do velho e decadente Portugal. “A regeneração política só poderia reverter a decadência do velho reino se compreendesse a prioridade de uma regeneração maior e mais fundamental que deveria ter como cenário o Brasil”<sup>15</sup>. Caberia, então, às Ciências e às Letras vencerem certo torpor intelectual, funcionando como termômetro confiável do vigor e prosperidade do reino. A experiência do tempo em José Bonifácio revelou um deslocamento de sentido, ou descontinuidade, pois agora o imperativo era o da “astúcia da posteridade”, tribunal menos parcial, portanto, mais qualificado para julgar a verdade e o valor moral das ações. Com o passado se afastando do presente, os deslocamentos cronológicos alargavam o futuro, distanciando experiência e expectativa. Conforme Valdeci Lopes, o futuro em fuga ainda poderia ser experimentado com o auxílio das imagens antigas, servindo de ponte entre o presente e o próprio futuro. Dessa maneira,

---

<sup>14</sup> Ibid. p. 210-217. Para Reinhart Koseleck, a perspectiva historiográfica definida como “singular coletivo” se definiria por romper com a percepção plural de histórias, que deixam de expressar fatos singulares, sem relação, para representar uma única e maior história: a história da humanidade, como afirma o autor: “A ideia do coletivo singular possibilitou outro avanço. Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento e afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona, por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar agindo”. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EDPUC, 2006. p. 52.

<sup>15</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 58-67.

mesmo que de forma indireta, a astúcia da posteridade leva a um novo tipo de relacionamento com o documento, visto enquanto testemunha e fonte da história. Deslocando para o futuro não mais apenas a função de herdeiro, mas agora a de juiz e redentor, exigia-se dele um conhecimento testemunhal do *presente passado* que pudesse ser usado para decidir do valor das histórias e retratos legados pela tradição<sup>16</sup>.

Mas o correr da pena não poderia acompanhar o correr do tempo. Enquanto José Bonifácio escrevia, os eventos se sucediam na cabeça do Império pluricontinental português e os entendimentos do que seria uma restauração ou uma regeneração de Portugal formando com o Brasil um único sistema se tornou cada vez menos convincente, o afastamento gradual entre ambos teve seu desfecho com a Independência brasileira em 1822.

Quando em 1808 a “Autoridade Soberana boiava sobre o Oceano”, ou seja, D. João VI e sua Corte fugiam para o Brasil, Portugal foi invadido pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o que logo gerou um sentimento de “orfandade” no país<sup>17</sup>. Sem a presença do monarca e com a tutela da Inglaterra, cuja Marinha escoltou a viagem da Família Real, a insatisfação dos reinóis europeus foi se intensificando como se, depois de invadido pelas tropas francesas, Portugal passasse a ser ocupado pelos ingleses chefiados pelo Marechal William Beresford.

Como explicou Fernando Catroga, ainda assim os discursos políticos que apelaram muito para o sentimento patriótico, animando as resistências ao domínio napoleônico, não puseram em dúvida a fidelidade à religião e à Casa de Bragança. O horizonte mental de muitos articulava liberdade mais com regresso aos costumes políticos da monarquia anterior à invasão francesa, do que com a eclosão de uma ruptura revolucionária. Ao passo em que Napoleão Bonaparte era visto como um tirano, usurpador filho da Revolução Francesa, D. João era considerado como um príncipe católico e patriota pela maioria de seus súditos. Nesse ambiente prenhe de tensões políticas e crise econômica, teve espaço um processo de “constitucionalização” do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. À ideia de pátria acrescentou-se a de um patriotismo constitucional, de modo que não só a religião e o rei, mas também a soberania nacional materializada na Constituição foi convocada como prioridade. O rei

---

<sup>16</sup> Ibid. p. 47-97. Grifo do autor.

<sup>17</sup> ALEXANDRE, Valentim. Os anos de Linhares (1808-1812). In: \_\_\_\_\_. *Os sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 170. A frase foi extraída de uma carta do Embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, datada de 29 de abril de 1808.

e as autoridades eclesiásticas tinham de jurá-la, sob pena de exílio por não cumprimento do novo contrato social<sup>18</sup>.

Sobre a situação política de Portugal nesse momento, Valentim Alexandre apontou que,

se o futuro imediato do reino se jogava na estratégia militar e na sorte da guerra, estando cada vez mais nas mãos do governo de Londres, as linhas gerais da evolução política e econômica do império passava ainda pelas decisões da corte estabelecida no Brasil – já que ao soberano [...] cabiam as faculdades de legislar para todo o império e de o obrigar validamente nas relações internacionais<sup>19</sup>.

O início da década de 1820 foi particularmente elucidativo dessa conjuntura. Fatores como a ausência do rei, o sentimento de a metrópole ter se transformado em colônia e a criação de um espaço público de discussão e difusão de ideias reformistas e constitucionalistas, confluíram no movimento constitucionalista do Porto (Revolução do Porto) que, em agosto de 1820, proclamou a Junta de Governo, encarregando-a de convocar as Cortes para elaborar uma Constituição que, conservando a dinastia e a religião, remediasse os problemas do reino. No plano da nova linguagem político-constitucional, as palavras receberam uma nova carga semântica, por vezes distorcendo o significado anterior, outras inovando e, frequentemente, transformando alguma palavra de sentido trivial em uma expressão poderosa da nova política. Palavras e práticas foram pensadas e agiam ao mesmo tempo satisfazendo a novidade e acomodando a tradição, entre elas estiveram nação e Constituição. Enquanto a primeira seria a sede da soberania (não o povo, como universalidade dos indivíduos), esta última só poderia ser elaborada pelos representantes da primeira legitimamente eleitos segundo critérios como nacionalidade (se confundindo com naturalidade) e cidadania e exercício dos direitos (de cariz excludente)<sup>20</sup>.

A atmosfera de desajustes do tempo entre Lisboa e o Rio de Janeiro, a atuação das Cortes Constitucionais, a volta de D. João VI para a capital portuguesa, deixando o príncipe Pedro como regente na América, mais que uma sucessão de eventos, indicava a crise do Antigo Regime português. Segundo Miriam Halpern, afirmaram-se com isso três linhas políticas principais: “los cartistas, que anhelaban la revisión de la legislación

<sup>18</sup> CATROGA, Fernando. “Quimeras de um façanhoso Império”: o patriotismo constitucional e a independência do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 352-357. Lembre-se que, abrigando a cabeça do Império desde 1808, em 1815 o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

<sup>19</sup> ALEXANDRE, Valentim. Op. cit. p. 209.

<sup>20</sup> HESPANHA, António Manuel. A Revolução Constitucionalista do Porto. In: \_\_\_\_\_. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. 1. ed. 1. reimp. Curitiba: Juruá, 2010. p. 67-78. Foi promulgada uma Constituição em 1822, logo abolida por D. João VI (“pela graça de Deus”) e substituída pela Carta Constitucional de 1826, outorgada pelo rei.



promulgada durante la guerra civil; los constitucionalistas, que defendían la sustitución de la Carta Constitucional; y, finalmente, los miguelistas, que pretendían el regreso del absolutismo”<sup>21</sup>. Foi nesse contexto do chamado Vintismo que Varnhagen desembarcou ainda criança em Portugal, em 1823.

### **Varnhagen e a escrita da história em Portugal**

Varnhagen se envolveu diretamente num acontecimento desse tipo: as lutas contra D. Miguel pelo restabelecimento do trono em favor de D. Maria II, filha de D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil). Na já citada carta-ofício de fevereiro de 1843 declarou que, como muitos brasileiros, aderiu pelo entusiasmo “de uma luta tão justa contra um tirano usurpador em prol de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo, – julguei dever empunhar as armas”<sup>22</sup>. Ao se juntar aos defensores da “causa liberal” contra o regime (de viés absolutista) instalado pela contrarrevolução miguelista, Varnhagen (então com 17 anos de idade, 1833), demonstrava inclinações políticas que apareceriam posteriormente em seus trabalhos.

Em Portugal, os termos liberal e liberalismo permaneceram mais de meio século quase sem conhecer novos usos e significados (liberalismo se vinculava a liberdade por oposição ao despotismo), só sendo difundidos com forte cunho político a partir da primeira experiência liberal em 1820, principalmente em virtude da influência de textos produzidos em outros países como a Constituição de Cádiz (1812), elaborada no contexto da Espanha invadida pelas tropas napoleônicas. Derrubada a primeira experiência em 1823, a segunda, iniciada com a outorga da Carta em 1826, marcou uma virada, contribuindo para que as palavras liberal e liberalismo servissem para identificar uma corrente política. Para Nuno Monteiro, os vetores decisivos para essa virada foram a eliminação da Carta de 1822 como referência fundamental das correntes políticas que se opunham ao absolutismo e a recepção intelectual do liberalismo francês dos anos vinte, corporizado em autores como François Guizot e Benjamim Constant, cuja influência

<sup>21</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. Del Antiguo Régimen al liberalismo (1807-1842). In: GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *Portugal y España contemporáneos*. Madrid: Marcial Pons, 2000. p. 59. Grosso modo, Vintismo designaria a situação política que dominou [Portugal](#) entre 1820 e 1823, influenciada pela [Constituição de Cádiz](#) (Espanha, 1812), as soluções liberais e o predomínio das [Cortes Constituintes](#), que exigiam o retorno do monarca bragantino. Ver: VARGUES, Isabel Nobre. Vintismo e radicalismo liberal. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 3, 1981.

<sup>22</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 99.

esteve presente em muitos textos produzidos naquele momento<sup>23</sup>. Contudo, ainda após 1834 (fim do governo de D. Miguel) o sentido genérico de defensores da liberdade (opositores do Antigo Regime e defensores do sistema representativo) foi mais comum.

Quem também defendeu a causa constitucional foi Alexandre Herculano que, como consequência, foi exilado, partindo inicialmente para Inglaterra e em seguida para a França. Regressando em 1832, começou a trabalhar com livros e documentos das “livrarias abandonadas” (bibliotecas que integravam o patrimônio das ordens religiosas que passaram para a posse do Estado), na Biblioteca do Porto e, de 1839 até sua morte em 1877, na Real Biblioteca da Ajuda (como Bibliotecário-mor de D. Maria II) onde recolheu manuscritos e impressos que utilizaria nas suas obras históricas como a *História de Portugal* (1846-1853) e os *Portugaliae Monumenta Historica* (1856-1873), nos romances e artigos em periódicos<sup>24</sup>.

Herculano e Varnhagen iniciaram seus percursos historiográficos na Lisboa do final da década de 1830 e início da década de 1840, ingressando na Academia de Ciências e escrevendo nas páginas de *O Panorama* e da *Revista Universal Lisbonense*, e abraçando projetos de investigação que resultaram na publicação da *História de Portugal* e da *História Geral do Brasil*, respectivamente. Segundo Daniel Protásio, ambos estiveram ligados a importantes figuras da cultura portuguesa, como o Rei consorte D. Fernando II e o literato Almeida Garrett (foi vizinho de Varnhagen na zona do Chiado, em Lisboa), e falando com entusiasmo de autores emergentes nos estudos portugueses e brasileiros na Europa como Ferdinand Denis e Heinrich Schaefer (autor de uma *Geschichte von Portugal*, 1836-1849). Outro ponto de contato seria a polêmica em surdina que os dois mantiveram com o 2º Visconde de Santarém, historiador e geógrafo português: Herculano a propósito da publicação de documentos históricos, Varnhagen por causa da veracidade da prioridade das viagens de Américo Vespúcio ao Brasil, aparentemente recusada por Santarém<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberal – Liberalismo. *Ler História*, Lisboa, n. 55, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2242>. Acesso em: 5 mar. 2018. s/p. O artigo fez parte do Dossier: História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850. O governo de D. Miguel (1828-1834) colocou fim à primeira experiência liberal portuguesa e foi marcado por intensa repressão política aos seus opositores. *Miguelista* foi o nome dado na historiografia portuguesa aos apoiadores do chamado *Miguelismo*, dos que lutaram pela legitimidade permanente de D. Miguel.

<sup>24</sup> TASCÁ, Michelle Fernanda. Alexandre Herculano e a construção do historiador. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 24, p. 130-143, ago. 2017. p. 133-135. Tratando da imagem do historiador criada pela sociedade portuguesa nos finais do século XIX e início do XX, Michelle Tascá afirmou que Herculano foi um “herói de penas e livros”.

<sup>25</sup> PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa de seu tempo (1839-11841). *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014. p. 28-29. Herculano nasceu em 1810 e Varnhagen em 1816, portanto, tinham idade próxima. Sobre o contato com D. Fernando II, este era frequentador regular do Teatro de São Carlos, alto lugar da

Cabe destacar ainda as relações de amizade entre Varnhagen e Wilhelm Ludwig von Eschwege (Barão de Eschwege), geólogo e metalurgista alemão que apadrinhou a submissão das *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI* (1839) e sua consequente entrada na Academia Real das Ciências e com o Cardeal Saraiva, Patriarca de Lisboa, que atuou como Guarda-mor da Torre do Tombo e Vice-presidente da Academia das Ciências. Quando da submissão das *Reflexões Críticas*, cuja autoria era até então desconhecida e Varnhagen identificou como sendo do colono Gabriel Soares de Sousa, o parecer do Cardeal foi o de que Varnhagen corrigiu os principais defeitos da obra de Soares, firmando-lhe o título, a data e o autor, com “bom juízo e discernimento, com estilo claro e conciso, e com erudição curiosa, oportuna, e não enfasiada”<sup>26</sup>, de modo que estimava o fato de o terem designado para sua Classe. A amizade se revelou na correspondência pessoal, na qual Varnhagen se referiu ao mesmo como alguém que tem “tanta bondade, e acompanha-me de tanta honra os favores que se digna conceder-me”<sup>27</sup>. Para um jovem de 23 anos de idade que queria fazer carreira no mundo das letras, era importante contar com uma rede de boas relações e demonstrar um conhecimento aprofundado da documentação, daí as dezenas de notas que acompanharam as *Reflexões Críticas* e o *Diário da navegação da armada de Pero Lopes de Sousa* (1839), também ombreando com historiadores portugueses vivos mais conhecidos naquele momento como no caso da polêmica com Santarém, que já era respeitado no círculo científico de Paris, contando com o reconhecimento de figuras como Martín Fernández Navarrete e Alexander von Humboldt. Varnhagen e Herculano tateavam um caminho historiográfico e literário num Portugal que ficaria órfão de grandes historiadores após as mortes de João Pedro Ribeiro (1839) e do Cardeal Saraiva, quase octogenário (1845)<sup>28</sup>.

---

intelectualidade em Lisboa e espaço que Varnhagen também frequentava. É provável que Varnhagen tenha pesquisado na Biblioteca do Rei.

<sup>26</sup> LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. *RIHGB*, v. 223, p. 82-297, abr./jun. 1954. p. 100-103. Varnhagen foi admitido sócio correspondente da Academia em 24 de maio de 1839, aos 23 anos de idade.

<sup>27</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 102. Carta de 22 de fevereiro de 1843.

<sup>28</sup> PROTÁSIO, Daniel Estudante. Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa de seu tempo (1839-1841). *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 14, p. 27-43, abr. 2014. p. 34. Ao traduzir a Colección de los viajes y descubrimientos de Navarrete (Presidente da Academia de la Historia de Madrid) para o francês, por sugestão de Humboldt, Santarém foi admitido sócio da Sociedade de Geografia de Paris, a mais influente do mundo à época. Como uma nota sobre querelas acadêmicas, o Cardeal Saraiva se posicionou a favor da reflexão de Varnhagen no *Diário da navegação*, contra Santarém. Para além da simpatia que tinha pelo jovem historiador, Saraiva era um ex-adversário político de Santarém. Enquanto este último ocupou cargos importantes no governo de D. Miguel, o primeiro foi exilado por conta de suas posições políticas.

Uma característica marcante da historiografia portuguesa desse período foi a demanda por edições de manuscritos autênticos referentes à cultura e história portuguesa e brasileira, tanto em Portugal, quanto no Brasil<sup>29</sup>. Jovens como Herculano, Varnhagen, Diego Kopke e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara não só procuraram se sobressair pela originalidade das suas descobertas de inéditos, mas também garantir vínculo econômico duradouro com alguma publicação periódica, editora ou instituição pública. Nesse sentido, ao lado da Academia das Ciências, um importante veículo de divulgação dos seus trabalhos foi o jornal *O Panorama*. Fundado em 1837, funcionou como porta-voz das novas ideias historiográficas, científicas e artísticas emergentes na intelectualidade lisboeta, apresentando-se publicamente como seguidor do modelo britânico da *Penny Magazine*, revista que trazia matérias sobre assuntos variados, para atrair leitores de todas as camadas sociais. Como ilustrativo, o primeiro número trouxe pequenos artigos sobre a arquitetura gótica da Igreja do Carmo em Lisboa, a importância da educação física, história natural e sobre o cargo de Almirante naval<sup>30</sup>.

O redator Alexandre Herculano entendia as diferenças entre os públicos de ambas os periódicos, dizendo que na Inglaterra e na França ler era uma necessidade intelectual, já em Portugal, um prazer, ou antes, um desfastio. Concluiu, então, que era preciso ser agradável, que o escritor tivesse boa consciência e que esta fosse risonha<sup>31</sup>. Tal orientação editorial explica o conselho dado por Varnhagen (que foi suplente no primeiro ano do jornal) ao amigo Cunha Rivara, em carta de 4 de setembro de 1839:

é necessário que em todos eles (artigos) trabalhe a imaginação, quero dizer, que com verdade haja imagens e poesia que deleite. [...] que quem escreve incute as suas ideias e é nisto que consiste a maior *originalidade* que de V. S. pedem os Diretores do *Panorama*<sup>32</sup>.

A ideia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, tipografia que publicava o jornal, era promover o desenvolvimento da educação em Portugal, propagando os conhecimentos úteis por todos os meios de que se podia dispor e o meio encontrado que mais satisfatoriamente atingiria essa finalidade foi a publicação de “um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as

---

<sup>29</sup> Ibid. p. 38.

<sup>30</sup> SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS ÚTEIS. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, v. I, n. 1, mai. 1837. p. 1-8. O periódico saía aos sábados e funcionou até 1868. Número de 6 de maio de 1837.

<sup>31</sup> HERCULANO, Alexandre. Aos assinantes. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, v. II, n. 36, mai. 1838. p. 1. Herculano foi o redator entre 1837 e 1839. O jornal circulou com intervalos: entre maio de 1837 e dezembro de 1844, setembro de 1846 e dezembro de 1858, 1866 e 1868 (os números não trouxeram datação mais precisa).

<sup>32</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961. p. 34. Grifo do autor.

classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso, em que ainda nos achamos”<sup>33</sup>. O imperativo era trabalhar para melhorar os costumes, aumentando a civilização e, assim, superar os “três séculos de decadência” que faziam o país ser escarneado pelos estrangeiros. Ao introduzir em todas as classes da sociedade o “amor da instrução”, Portugal estaria inteirado com o “espírito” do tempo. A intenção dita filantrópica de contribuir para o progresso material e moral da nação se mesclava a um elitismo ao tentar aproximar o “povo” de uma formação culta, entendida como distintivo social. Um objetivo que se apresentava logo no título: *Jornal Literário e Instrutivo*.

Criado durante o reinado de D. Maria II, *O Panorama* se beneficiou do ideário liberal de impulso à formação de cidadãos aptos a intervir nos processos de decisão política, uma forma de fundamentar o preceito constitucional da soberania da nação. A atmosfera era a de favorecer as organizações e os jornais científicos e culturais como contributo para que Portugal saísse do atraso cultural que o afastava dos países mais avançados da Europa. O jornal também foi reconhecido como o principal meio de difusão do movimento romântico em Portugal. Conforme João Lourival Silva,

*O Panorama* foi um produto simultâneo do *liberalismo* e do *romantismo*, este tributário da abertura de mentalidades trazida por aquele. Ecoam nas suas páginas, simultaneamente, a renovação estilística, temática e retórica trazida pela literatura romântica, que contaminou a oratória política e a sua correspondente expressão jornalística; e a ideologia liberal, individualista, desenvolvimentista, progressista, mas também, paradoxalmente algo nacionalista, ou, pelo menos, patriótica, resultado possível da recuperação de *temas nacionais* na literatura e nas artes plásticas trazida pelo romantismo<sup>34</sup>.

Se esse jornal foi veículo de uma ideologia liberal progressista e patriótica, sua intervenção política teve caráter mais reformista do que revolucionário (modelo francês, principalmente), este considerado perigoso tanto pela elite cortesã, quanto pelos próprios eruditos. A adesão aos princípios românticos serviu para ligar, simbólica e patrioticamente, o Portugal Novo ao Portugal Antigo, especialmente ao Medievo. O

---

<sup>33</sup> HERCULANO, Alexandre. Introdução. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, v. I, n. 1, mai. 1837. p. 1-2. Apesar de ter sido uma sociedade filantrópica cujo propósito era a publicação de *O Panorama*, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis se constituiu como uma empresa por ações. D. Fernando II e outros membros da Família Real figuraram entre os acionistas e eram assinantes do Jornal, uma obrigação, respeitando os Estatutos. A Sociedade teve, portanto, a proteção real, que foi evocada em suas páginas. Ver: SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. *O Panorama (1837-1854): Jornalismo e Ilustração em Portugal na primeira metade de Oitocentos*. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 139.

<sup>34</sup> SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. *O Panorama (1837-1854): Jornalismo e Ilustração em Portugal na primeira metade de Oitocentos*. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 101-475. Grifo do autor. Segundo João Lourival Silva, a colaboração com *O Panorama* era voluntária, exceto o redator principal, que era pago pela tarefa. Quem se empenhava na colaboração com jornal fazia-o, possivelmente, pelo reconhecimento público.

Panorama destacou a crença na liberdade, temperada pelos valores católicos e pelo patriotismo.

Um grande catalisador da exaltação patriótica em autores como Herculano e Garret teria sido a experiência do exílio na Inglaterra e na França, posto que ambos saíram de Portugal após o golpe miguelista e no exílio engendraram uma narrativa de valorização da terra natal<sup>35</sup>. De volta ao seu país, construíram uma obra aplicada à sua reconstrução, colocando a literatura como elemento de base da transformação pedagógica do povo português, embora nem sempre ficasse evidente de que povo falavam, quando falavam povo. Afinados com um ideário liberal (ou liberal-conservador, podem ter lido Edmund Burke, por exemplo), entendiam que não se deveria negar a herança legada pelas gerações passadas.

Ernest Renan afirmou numa conferência de 1882 que o culto dos ancestrais era entre todos o mais legítimo, porque eles fizeram de nós o que somos, de modo que uma ideia nacional repousaria em um passado heroico de homens e de glória<sup>36</sup>. Como os antepassados não deixaram um testamento informando o que gostariam de transmitir aos seus descendentes, era preciso escolher quais seriam os doadores, ou mesmo descobrir hipotéticos ascendentes<sup>37</sup>. Se tomar como ponto de análise artigos publicados em O Panorama e outras obras literárias, percebe-se a urgência de uma ficção do passado, com pendor nacionalista, de valorização do que seria genuinamente português. Nesse caso, a busca das raízes remontou ao período de formação do reino, portanto, a ascendência seria medieval, o que diz algo sobre temáticas de romances como Eurico, o presbítero de Alexandre Herculano (1844, ambientado no século VIII e narrando a luta entre visigodos e mouros na Península Ibérica).

Na Academia das Ciências, a Seção de História e Antiguidades foi escolhida para preparar a publicação dos Monumentos Históricos de Portugal entre os séculos VIII e XV. A coleção abrangeria todo o gênero de narrativas históricas, crônicas pequenas ou mais extensas, obituários, biografias, hagiografias, relações avulsas de um ou mais sucessos, ou inscrições que de algum modo esclarecessem a história do país naquelas épocas, isto é, os

---

<sup>35</sup> MACHADO, Álvaro Manuel. Do pré-Romantismo ao Romantismo. In: \_\_\_\_\_. *As origens do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. p. 81. Dada a grande influência francesa, Machado falou em “limitações provincianas” do que se chamou Romantismo português.

<sup>36</sup> RENAN, Ernest. Que é uma nação? *Plural*, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1. sem. 1997. p. 173. Conferência intitulada *Qu'est-ce qu'une nation?*, de 11 de março de 1882, na Sorbonne.

<sup>37</sup> THIESSE, Anne-Marie. A Europa das Nações. In: CUNHA, Carlos Manoel Ferreira da (Org.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)*. Guimarães: Opera Omnia, 2011. p. 70.

sucessos ocorridos nos territórios que veio a constituir a nação portuguesa<sup>38</sup>. Em fins de 1851, Herculano foi encarregado pela Academia para examinar os arquivos e bibliotecas do reino e verificar a existência de todos os documentos e memórias anteriores ao século XIV que aí existissem. Nos intervalos das viagens pelo país, fez trabalho análogo na Torre do Tombo, resultando na publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, o mais abundante repositório de documentos impressos sobre a história do Portugal medieval<sup>39</sup>.

Obras como os *Opúsculos* (textos variados escritos entre 1836 e 1877) de Herculano e o *Romanceiro* (1851, livro de poesias) de Almeida Garret tentaram lançar as bases teóricas do Romantismo em Portugal. Embora Garret entendesse que havia no país um gênero romântico, não Romantismo, declarando certa vez não ser “clássico, nem romântico”<sup>40</sup>, suas temáticas estavam identificadas com uma vertente do amplo movimento intelectual na Europa que buscava pelas “origens” das nações e que na literatura teve o romance histórico do irlandês Walter Scott como um exemplo muito citado. Sobre este gênero, Stephen Bann explicou que ele foi um sinal da tendência da literatura em adotar o paradigma histórico. A história adotou seu paradigma “científico” e aparelhou-se com as novas ferramentas da análise crítica no estágio em que a retórica deixou de ter um domínio soberano sobre os vários modos de composição literária, assim, produtos literários faziam se passar como se tivessem a transparência do real que o historiador havia afirmado programadamente<sup>41</sup>. Varnhagen também editou peças de literatura medieval portuguesa como o *Cancioneirinho de trovas antigas* (1872). É possível que, ao lado da influência do ambiente cultural do qual fazia parte, sua ideia fosse ligar de alguma forma o jovem Brasil com Portugal, cuja antiguidade datava de séculos anteriores a 1500, esta entendida por ele como a data de nascimento do Brasil.

Autor coetâneo, Teófilo Braga explicou que a literatura era uma síntese completa, o quadro de um estado moral de uma nacionalidade que representava os

---

<sup>38</sup> HERCULANO, Alexandre. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Portugaliae Monumenta Historica*. v. 1. Olisipone: Typis Academicis, 1856. p. VI-IX. O Tomo I da História de Portugal iniciou tratando da conquista da Península por Tarik e Musa.

<sup>39</sup> ALMEIDA, Fortunato de. *Alexandre Herculano, historiador*. Coimbra: Imprensa Acadêmica, 1910. Conferência celebrada no Liceu Central de Coimbra. p. 20-21.

<sup>40</sup> GARRET, Almeida. Advertência. In: \_\_\_\_\_. *Camões, poema*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825. p. VI.

<sup>41</sup> BANN, Stephen. Analisando o discurso da história. In: \_\_\_\_\_. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 55. Para uma análise detida a respeito do movimento romântico na Europa, ver: BERLIN, Isaiah. *As raízes do Romantismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

aspectos da sua evolução secular e histórica<sup>42</sup>. A literatura seria subordinada ao meio social, refletindo as sucessivas modificações desse meio. Varnhagen foi da mesma opinião e no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* (1847) que introduziu o Tomo I do *Florilégio da poesia brasileira* (1850), afirmou que a língua e a literatura estavam sempre em harmonia com a ascendência e a decadência dos Estados, como verdadeira decoração de seus edifícios<sup>43</sup>. Anos antes, num artigo para O Panorama chamado *Das naturais tendências da futura literatura brasiliense* (1841), destacou a viveza de imaginação e a “grande queda para a poesia” que caracterizaria os trabalhos de literatos nascidos no Brasil. Reconhecia a dívida da literatura brasileira com a portuguesa, mas já sinalizava a necessidade de que aquela valorizasse suas particularidades como a vegetação e o clima, os *toques nacionais*<sup>44</sup>.

Sobre a história, Herculano declarou que a coleta de documentação de bibliotecas e arquivos e a crítica, exercida severa e imparcialmente sobre elementos seguros, poderia apreciar o valor dos fatos, o que tornaria exequível a redução da história a uma verdadeira ciência que habilitaria o presente e o futuro para tirarem vantagem das lições do passado. Sua orientação era seguir a ordem dos séculos a que se referisse qualquer monumento e dentro de cada século, logo, a ordem cronológica<sup>45</sup>. Dizendo tratar da história como “matéria de ciência” e não questão de partido literário, afirmou: “averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da história. O seu fim é a verdade. [...] A verdade histórica é uma”<sup>46</sup>. Por essa ótica, cabia ao historiador encontrar a única verdade histórica que ele asseverava existir e, para tanto, deveria manter uma postura de equilíbrio, evitando o patriotismo exagerado, pois este até inspiraria poesia e aviventava o estilo, mas era péssimo conselheiro para o historiador, no que diferia ligeiramente de Varnhagen. Para Arno Wehling, a diferença essencial entre ambos foi a de que, enquanto Herculano reconstituiu por meio de sua obra historiográfica uma sociedade cujas estruturas se estendiam por mais de um

---

<sup>42</sup> BRAGA, Teófilo. História da literatura portuguesa. In: CUNHA, Carlos Manoel Ferreira da (Org.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade* (uma antologia). Guimarães: Opera Omnia, 2011. p. 127.

<sup>43</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *Florilégio da poesia brasileira*. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. p. X.

<sup>44</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Das naturais tendências da futura literatura brasiliense*. *O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, v. 5, jun. 1841. p. 182.

<sup>45</sup> HERCULANO, Alexandre. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Portugaliae Monumenta Historica*. v. 1. Olisipone: Typis Academis, 1856. p. VI-VIII.

<sup>46</sup> HERCULANO, Alexandre. Advertência. In: \_\_\_\_\_. *História de Portugal*. TOMO I. 8. ed. Lisboa: Bertrand, 1875. p. 19-22.



milênio, Varnhagen construiu, mais que reconstituiu, um passado para uma sociedade relativamente nova, formada a partir de elementos oriundos de três continentes<sup>47</sup>.

Em um artigo para a Revista Universal Lisbonense (em tudo muito parecida com o jornal O Panorama), ao tratar de um trabalho de Heinrich Schaefer, Varnhagen afirmou que Schaefer, além de ter aproveitado as obras de história pátria já existentes, juntava:

a isso o ser alemão, que escreve a história como hoje não podia deixar de escrevê-la um alemão. Claro é logo que não havia o Sr. Schaefer de encarar a de Portugal à moda antiga, só pelo elemento político. Tão pouco pertence ele à seita dos novos Guizots, que fabricam a história nas suas cabeças, para produzirem efeito filosófico, seja qual for a verdade. Não: o Sr. Schaefer estuda profundamente os fatos, e narra-os com fidelidade, citando fontes, e desassombrado de preocupações: não tem um historiar ofensivo para o amor próprio do leitor; não se arroga o ensinar-lhe a interpretar os sucessos<sup>48</sup>.

O excerto supracitado é interessante por alguns motivos que merecem ser salientados. Varnhagen não se ocupou tanto em fornecer reflexões mais elaboradas sobre seu trabalho de escrita, quando aparecia era geralmente nos prefácios ou em uma ligeira menção em carta. O fato de afirmar que o alemão Schaefer não podia deixar de escrever história como um alemão é assaz curioso porque, embora todo esse comentário lembre o método de análise proposto por Leopold von Ranke, ele não citou textualmente o nome de Ranke em seus trabalhos. Outra questão: para o autor, a história de Portugal não poderia ser tratada à *moda antiga*. Alguns anos depois desse artigo, no Prólogo da segunda edição do Tomo I da *História Geral* (1877), escreveu que procurou não se limitar à narração dos sucessos políticos ou biografias dos *mandões*, mas se ocupar dos fatos relativos ao verdadeiro desenvolvimento e civilização do Brasil. Para tanto, cumpria não esquecer os obreiros que prestaram algum serviço nas letras ou na indústria, procurando escrever um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das boas ações, e não destinado à simples distração<sup>49</sup>. Assim, o tratamento que ele daria

<sup>47</sup> WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 55.

<sup>48</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Bibliografia portuguesa. Crônica do descobrimento e conquista de Guiné. *Revista Universal Lisbonense, Jornal dos interesses físicos, morais e literários por uma sociedade estudiosa*, Lisboa, n. 2, out. 1841. p. 23. Mais uma sutileza. Nesse texto, Varnhagen escreveu que *nostros próprios literatos* raramente folheavam os livros de história pátria, referindo-se aos literatos portugueses. Como o artigo anterior, este é de 1841, portanto, logo depois de retornar do Brasil e da tentativa de reaver a nacionalidade brasileira, cujo decreto definitivo só sairia no ano seguinte. A Revista Universal Lisbonense circulou entre outubro de 1841 e agosto de 1853 e seu redator foi Antônio Feliciano de Castilho. Como O Panorama, visava a instrução pública e trazia informações variadas.

<sup>49</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prólogo. In: \_\_\_\_\_. *História Geral do Brasil*. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877. p. XI-XII.

mais tarde a história do Brasil deveria ser o mesmo de quem se ocupasse da história de Portugal: abarcar o maior número de elementos que permitissem criar um cenário mais completo da história do país. Por último, em detrimento do elogio ao que seria um modelo alemão de escrita da história, demonstrou uma opinião negativa sobre a filosofia da história e suas generalizações, colocando François Guizot como contraexemplo.

O tipo de história que Varnhagen defendeu aqui se constituía em uma estratégia de tornar acessível a realidade do passado por meio da percepção direta das fontes, a disposição de consultar os arquivos e bibliotecas, a leitura dos documentos e seleção destes a partir da crítica interna e externa e a composição de um relato sobre os acontecimentos atestados pela documentação, de modo a fazer da narrativa a explicação do que aconteceu<sup>50</sup>. Em outras palavras, uma história de Portugal exigiria uma atualização com o fazer historiográfico da época, preocupado com a crítica documental e a aferição da verdade do ocorrido, sendo a citação das fontes um elemento importante para provar a veracidade do narrado. No conjunto, depreende-se que, mesmo sem nomear diretamente, o autor estava afinado com os preceitos metodológicos da chamada Escola Histórica alemã o que, num plano amplo, indicava a emergência do moderno conceito de história<sup>51</sup>.

### **Considerações finais**

Vivenciando e escrevendo no conturbado contexto português da primeira metade do século XIX, autores como Varnhagen e Herculano se esforçaram para produzir uma inteligibilidade acerca do passado num momento em que se processava uma alteração semântica da palavra história e num espaço permeado por conflitos e incertezas quanto ao futuro. Ambos receberam uma formação erudita e trabalharam

---

<sup>50</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. Uma história da história. In: \_\_\_\_\_. *Letras de fundação*. Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992. p. 29-30.

<sup>51</sup> Segundo Koselleck, “A História” é um conceito moderno que – apesar de resultar da evolução continuada de antigos significados da palavra – na prática, corresponde a uma configuração nova. Naquilo que tange à História do termo, o conceito se cristaliza a partir de dois processos de longa duração, que no final vão confluir e, assim, desbravar um campo de experiência que antes não podia ser formulado. Por um lado, trata-se da criação do coletivo singular, que reúne a soma das histórias individuais em um conceito comum. Por outro lado, trata-se da fusão de “História” (como conjunto de acontecimentos) e “*Historie*” (como conhecimento, narrativa e ciência históricos)”. Ver: KOSELLECK, Reinhart et. al. *O conceito de história*. 1. ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 119. Grifo do autor.

num ambiente cortesão, dentro do qual a elite ilustrada teve de se adequar à dinâmica política.

Os espaços de saber que frequentaram como a Academia Real das Ciências de Lisboa e o Jornal O Panorama tiveram patrocínio régio, eles mesmos foram funcionários do Estado da juventude até a morte. Aqui consistia a convergência fundamental entre o projetismo da Academia das Ciências, a preocupação de O Panorama e a história em Varnhagen: a história deveria ser útil ao país e convir à nação. Recordando o exposto no lema da Academia portuguesa: sem utilidade a glória do conhecimento é vã.